

De acordo com o comando de cada uma das questões de 1 a 52, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará apenação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.

## PARTE I

### LÍNGUA PORTUGUESA

#### Texto I – questões 1 e 2

#### Como se tornar o número 1

1 Chegar ao posto mais alto de uma empresa não é tarefa para acomodados. Exige talento, dedicação, persistência e principalmente uma boa dose de sacrifício.

4 Segundo consultores de recursos humanos, é justamente esse empenho e espírito de liderança que as empresas valorizam nos ocupantes de cargos mais altos. “A pessoa deve ter iniciativa, capacidade de tomar decisões, fazer as coisas acontecerem”, diz o diretor da Top Human Resources, de São Paulo.

10 A qualificação profissional também é um dos principais aspectos para se alcançar o posto mais alto. “Qualquer executivo tem de investir sempre em sua educação”, enfatiza outro diretor de recursos humanos. “Senão você será um computador sem *software*”, completa.

16 Traçar metas profissionais é outro aspecto fundamental para quem quer chegar ao topo. Nesse caso, a ambição acaba sendo uma boa aliada.

19 A intuição também é uma boa arma na hora de dar um palpite em uma reunião. E, quem sabe, pode valer aquela promoção esperada...

22 Conhecer passo a passo cada etapa do processo de produção da empresa e do setor é um dos principais fatores que levaram M. C. P. a uma carreira bem-sucedida.

25 Ele aponta ainda a importância de valorizar os colegas. “Ninguém consegue as coisas sozinho. É fundamental reconhecer a participação do grupo e sempre motivá-lo”.

28 A primeira regra da cartilha daqueles que anseiam alcançar um alto cargo em uma corporação, de acordo com esses consultores, é não permanecer estagnado em uma função ou empresa por um longo período.

Daniela Paiva. *Emprego e formação profissional. In: Correio Braziliense*, 23/6/2002 (com adaptações).

#### QUESTÃO 1

Considerando o desenvolvimento das idéias do texto I, julgue a pertinência das inserções sugeridas em cada parágrafo indicado nos itens abaixo, de modo a preservar os argumentos utilizados, as relações de coesão e coerência e a correção gramatical do texto.

- ❶ Ao final do segundo parágrafo: **Ciente disso, o economista R. B. nunca passou mais de um ano sem participar de algum tipo de especialização e considera que a aprendizagem é que vai permitir que alguém permaneça na função e obtenha resultados melhores.**
- ❷ Ao final do terceiro parágrafo: **“Pois, se não sabe o que quer, dificilmente o profissional vai alcançar uma função significativa”, alerta um consultor paulista.**
- ❸ Ao final do quarto parágrafo: **“Correr riscos com bom senso e ter uma boa percepção são necessários para se tornar um líder”, acrescenta um diretor da Executive Search.**
- ❹ Ao final do quinto parágrafo: **Ele planejou, detalhe por detalhe, sua carreira de executivo na AXIOM Corporation, qualificando-se por meio de MBA e dedicando tempo, além do horário de expediente, ao aprimoramento de línguas e pesquisas sobre o mercado.**
- ❺ Ao final do sexto parágrafo: **O executivo da CBI, J. S., concorda com M. C. P. e acrescenta: “Você tem de reconhecer a importância de cada um e as dificuldades de sua equipe”.**

#### QUESTÃO 2

Julgue os itens subseqüentes com relação aos recursos de coesão textual e à adequação das palavras e da pontuação utilizadas no texto I.

- ❶ O adjetivo “acomodados” (l.2) está empregado, textualmente, em oposição ao conjunto de substantivos expressos em “talento, dedicação, persistência e principalmente uma boa dose de sacrifício” (l.2-3), que, por sua vez, podem ser interpretados como resumidos em “esse empenho” (l.4-5).
- ❷ Para que o texto fosse adequado ao tema e aos leitores em potencial, o estilo muito informal de linguagem e, especialmente, o título deveriam sofrer ajustes retóricos de modo a se tornarem mais coerentes com o gênero argumentativo utilizado.
- ❸ O emprego de “outro” (l.15), “também” (l.18) e “ainda” (l.24) mostra que diferentes classes gramaticais podem desempenhar a função de manter a coesão textual entre os parágrafos e no texto como um todo.
- ❹ Ao usar, tão freqüentemente, o recurso do discurso alheio, o autor do texto toma o cuidado de marcar por aspas aquelas afirmações acerca das quais não tem muita certeza ou que são empregadas com ironia.
- ❺ De acordo com o desenvolvimento da argumentação, a troca de lugar entre o último período sintático do texto (l.27-30) e o primeiro (l.1-2) preservaria a coerência e a coesão textuais.

**QUESTÃO 3**

Alguns fundamentos do modelo americano de negócios idolatrados na década de 90 do século XX são atualmente condenados.

aspecto	anos 90 – século XX	atualmente
executivos	Década dominada por gurus bilionários que chegavam a ganhar 400 vezes mais que a média dos empregados da empresa. Tinham poder absoluto.	O culto à personalidade do líder empresarial acabou. As decisões tendem a ser colegiadas e transparentes.
potencial de crescimento	Mesmo sem faturamento expressivo, lucro ou sede própria, empresas de alta tecnologia chegaram a valer bilhões de dólares.	As empresas devem ter faturamento, lucro, sede, empregados e serem avaliadas por seus resultados.
contabilidade	Inovou-se tanto nos balanços que da agressividade se foi ao risco, daí às fraudes, que estouraram sem parar.	Há propostas para que as empresas de auditoria e contabilidade sejam reguladas por uma agência governamental para tentar impedir fraudes.

Adriana Carvalho. Os novos pilares do capitalismo. In: Veja, 31/7/2002, p. 90-1 (com adaptações).

Considerando as informações do quadro acima, julgue os itens a seguir quanto à manutenção das idéias originais e à correção gramatical.

- Diferentemente de agora, os aspectos **executivos, potencial de crescimento e contabilidade** apresentavam, nos anos 90 do século passado, características em que predominavam, respectivamente, o poder absoluto, empresas de alta tecnologia que valiam bilhões de dólares e balanços de risco.
- Atualmente, o modelo americano, quanto às características dos **executivos**, tornou-se mais abrangente, de personalidade menos cultuada ao líder empresarial, cujas decisões colegiadas são mais transparentes.
- A década de 90 do século XX foi dominada por gurus bilionários, de poder absoluto, que chegavam a ganhar 400 vezes mais que a média dos empregados da empresa. Hoje, com o fim do culto à personalidade do líder empresarial, as decisões tendem a ser colegiadas e transparentes.
- As empresas que hoje têm sede, faturamento e lucro — são avaliadas por seus resultados —, na década passada não tinham sede própria mas apresentavam faturamento de bilhões de dólares.
- Como hoje as empresas de auditoria regulam as grandes empresas e as agências governamentais, a contabilidade agressiva foi superada e tende-se a evitar os riscos e mesmo as fraudes que já estouraram sem parar.

**QUESTÃO 4**

Conduzir negócios na Internet de forma adequada é um grande desafio: tarefas simples, tais como identificar um parceiro de negócios rapidamente e de maneira inequívoca, tornaram-se difíceis.

Entender onde exatamente o cliente está localizado no mundo para empregar regras aplicáveis de impostos e negócios é outro desafio.

Prover a proteção adequada para as informações recebidas de indivíduos e empresas é essencial para atender a requisitos legais e manter uma boa reputação.

As empresas de sucesso serão aquelas que estabelecerão uma infra-estrutura para garantir essa confiança: um conjunto de tecnologias e processos para gerenciar a autenticação e o controle de acesso tanto de seus empregados quanto de usuários externos.

A estratégia que pode produzir melhores resultados é aquela que combina tecnologia e processos para trabalhar em um nível aceitável de riscos.

Sérgio Lozinsky. E-business e confiança. In: Ícaro Brasil, junho de 2001, p. 36 (com adaptações).

Os itens seguintes são reescrituras propostas para trechos do texto acima. Julgue-os quanto ao respeito às idéias originais e à correção gramatical.

- Primeiro parágrafo: **É um grande desafio conduzir negócios na Internet de forma adequada, pois tarefas simples tornaram-se difíceis, tais como identificar um parceiro de negócios rápida e inequivocamente.**
- Segundo parágrafo: **Um outro desafio para empregar regras aplicáveis aos impostos de um negócio dependem de entender aonde, no mundo, se localiza o cliente.**
- Terceiro parágrafo: **Para atender a requisitos legais e manter uma boa reputação, é essencial o provimento da proteção adequada às informações prestadas por indivíduos e empresas.**
- Quarto parágrafo: **As empresas que estabelecerem uma infra-estrutura para garantir essa confiança — um conjunto de tecnologias e processos para gerenciar a autenticação e o controle não só de seus empregados como também de usuários externos — terão sucesso.**
- Quinto parágrafo: **Combinando tecnologia e processos para trabalhar para que exista níveis aceitáveis de riscos, aquela estratégia pode produzir os melhores resultados.**

**Texto II – questões 5 e 6**

Em geral, quando falamos de violência, pensamos em uso da força, com vistas à exclusão de grupos ou indivíduos de uma dada situação de poder. Essa violência pode ou não encontrar resistência na violência dos excluídos. Como quer que seja, nos dois casos estão em jogo os princípios axiológicos que permitem arbitrar o que é legal ou ilegal, legítimo ou ilegítimo, na interação entre os humanos. O ponto central é a noção de abuso de poder, de invasão desestruturante de uma ordem desejável, posta no horizonte ético da cultura.

O fato histórico do alheamento de indivíduos ou grupos humanos em relação a outros não é novo na dinâmica social. Desqualificar moralmente o outro significa não vê-lo como um agente autônomo e criador potencial de normas éticas ou como um parceiro na obediência a leis partilhadas e consentidas ou, por fim, como alguém que deve ser respeitado em sua integridade física e moral.

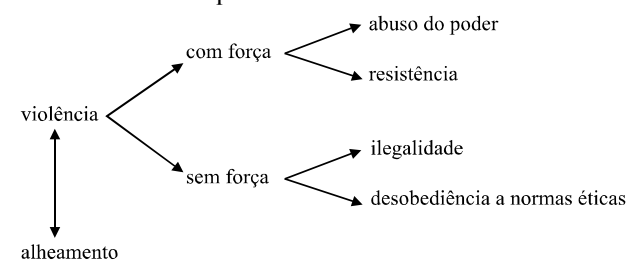
No estado de alheamento, o agente da violência não tem consciência da qualidade violenta de seus atos. Se o possível objeto da violência nada tem a oferecer-lhe, então não conta como pessoa humana e pouco importa o que venha a sofrer. Ao contrário da crueldade inspirada na rivalidade ameaçadora, real ou imaginária, a indiferença anula quase totalmente o outro em sua humanidade.

Jurandir Freire. A ética democrática e seus inimigos. In: O desafio ético, p. 77-80 (com adaptações).

**QUESTÃO 5**

Com respeito à organização das idéias no texto II, julgue os itens a seguir.

- O texto pode ser assim resumido: **a violência é uma invasão desestruturante de uma ordem desejável que não se dá apenas pelo uso da força, mas também pela indiferença, pela desqualificação moral do outro.**
- Depreende-se da argumentação do texto o seguinte esquema de causas e conseqüências:



- A progressão temática no texto vai da generalização do problema à ilustração histórica para chegar, no terceiro parágrafo, à individualização da violência.
- O trecho a seguir serviria como conclusão para a argumentação do texto: **Assim, por meio da discussão constante de seus conflitos, crenças, desejos, ideais e aspirações, elas revelam o modo como aprendem a subjetivar-se e a maneira como interpretam seus papéis na condução de tal estado de alheamento.**
- A seguinte recomendação (adaptada de **Correio Brasileiro**, 23/6/2002) serve como ilustração para se evitar um tipo de violência focalizado no texto: **Aprenda a lidar com as diferentes personalidades dos colegas de trabalho ao longo do percurso, esperando de cada um somente o que podem oferecer. Quando chefiar, aproveite a variedade de comportamentos para alcançar bons resultados.**

**QUESTÃO 6**

Com respeito ao emprego das expressões ou palavras no texto II, julgue os itens que se seguem.

- Por estar empregado na acepção de **discorrer**, o verbo **falar**, na expressão “falamos de violência” (l.1), admite alternativamente o emprego da preposição **em** ou **sobre**, em lugar de “de”.
- Mantém-se a coerência textual e a correção gramatical se, na expressão “à exclusão de” (l.2), o termo sublinhado for substituído pelo verbo **excluir**, com a conseqüente retirada da preposição “de”.
- As expressões “o outro” (l.13), “-lo” (l.13) e “alguém” (l.16) estabelecem uma cadeia coesiva, designando o mesmo referente.
- Não ocorre o sinal indicativo de crase em “a leis” (l.15) por não estar aí empregado o artigo definido feminino.
- Por indicar eventualidade, o tempo de presente da forma verbal “que venha a sofrer” (l.21-22) admite a substituição pela forma de futuro no modo correspondente sem que sejam desrespeitadas a coerência textual e as regras gramaticais.

**QUESTÃO 7**

Os fragmentos abaixo, adaptados de VEJA, 13/2/2002, constituem um texto, mas estão ordenados aleatoriamente.

- Para chefes, o caso é ainda mais complexo. Os que acham que seus subordinados nunca entendem o que eles falam precisam ficar atentos à própria conduta. Talvez o problema seja tanto de habilidade quanto de falta de comunicação.
- E você? Está pronto para coordenar uma equipe ou para relatar a um grupo as propostas de seu departamento? Se a resposta é não, cuide-se. Corra atrás de cursos de liderança, compre livros que lhe ensinem a expressar suas idéias claramente.
- O caixa da agência bancária é o mais indicado para liderar a equipe que vai propor alteração no desenho da área de atendimento ao público, onde ficam as filas. O faxineiro deve tomar a frente do pessoal que decidirá o local mais adequado para estocar material de limpeza.
- Competência técnica é só um ingrediente necessário à liderança. Um bom coordenador tem de conseguir explicar como a tarefa sob seu controle vai contribuir para os resultados da companhia, ou da instituição.

Considerando que a organização de um texto implica a ordenação lógica e coerente de seus fragmentos, julgue os itens a seguir quanto à possibilidade de constituírem seqüências lógicas e coerentes para os fragmentos acima.

- I, II, IV, III
- I, III, II, IV
- II, III, IV, I
- III, I, II, IV
- IV, III, I, II

**QUESTÃO 8**

1 Cada vez que sai a lista das melhores empresas para  
se trabalhar, as pessoas se perguntam o que elas têm de  
diferente. Imaginam que provavelmente são as que melhor  
4 pagam ou que têm os melhores pacotes de benefícios, porém  
isso não é necessariamente verdade. Boas práticas de  
recursos humanos também pesam, mas não parecem ser o  
7 mais importante. A mais relevante das características que  
essas empresas demonstram ter em comum é a confiança.  
Um ambiente de confiança gera maior comprometimento dos  
10 empregados e, em conseqüência, maior disponibilidade para  
mudanças. Gera também maior flexibilidade para adaptações  
às necessidades do mercado. Segundo pesquisas, o clima de  
13 confiança se desmembra em três dimensões: a credibilidade,  
que é a maneira como o empregado vê a chefia; o respeito,  
que é como o empregado acha que é visto pela chefia; e a  
16 justiça, que é a percepção de um ambiente igualitário em  
termos de pagamentos, benefícios, promoções etc.

José Tolovi. Um excelente lugar para se trabalhar. In: *Ícaro Brasil*, junho de 2001, p. 38 (com adaptações).

Julgue os itens subseqüentes, a respeito do emprego das palavras e expressões no texto acima.

- 1 Textualmente, a expressão “Cada vez” (l.1) corresponde a **Todas as vezes**, mas, para que essa substituição seja gramaticalmente aceitável, é necessário empregar o verbo seguinte no plural: **saem**.
- 2 Na linha 2, as duas ocorrências do pronome “se” indicam, sintática e semanticamente, a reflexivização do verbo.
- 3 Na linha 2, para manter a coerência textual e a concordância verbal, a supressão do pronome “elas” exigiria também a supressão do sinal de acento em “têm”.
- 4 As dependências sintático-semânticas das expressões nos períodos das linhas de 9 a 12 admitem o seguinte esquema:
 

**maior comprometimento dos empregados**     $\implies$     **maior disponibilidade para mudanças**

↑

**ambiente de confiança**

↓

**maior flexibilidade para adaptações**
- 5 Subentende-se que as palavras “credibilidade” (l.13), “respeito” (l.14) e “justiça” (l.16) servem para rotular diferentes aspectos ou sentidos de “clima de confiança” (l.12-13).

**DIREITO**

**QUESTÃO 9**

Sobre as finanças públicas e a responsabilidade na gestão fiscal, julgue os itens a seguir.

- 1 Considere que o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu, em sede de medida cautelar, a eficácia de preceito da lei de responsabilidade fiscal que autorizava o Poder Executivo a limitar os valores financeiros destinados aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público, quando estes não promovessem, por ato próprio e em montantes suficientes, a limitação de empenho e movimentação financeira necessária ao cumprimento das metas de resultado primário ou nominal definidas em lei. Nessa situação, contudo, essa matéria poderia ser validamente veiculada por meio de emenda à Constituição da República — uma vez que não seria tendente a abolir a separação dos poderes, mas visaria tão-somente regular, temporariamente, uma situação de exceção —, embora proposta nesse sentido não pudesse ser apreciada antes de decisão definitiva do STF acerca da constitucionalidade do preceito suspenso da lei complementar.
- 2 No ordenamento jurídico brasileiro há norma impondo aos estados, ao Distrito Federal (DF) e aos municípios a aplicação de, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos — compreendida a proveniente de transferências — na manutenção e desenvolvimento do ensino. Todavia, regulamentando a vinculação de receitas, a lei de responsabilidade fiscal admite que os recursos arrecadados em um exercício (por exemplo, oriundos da circulação de mercadorias ocorrida no mês de dezembro) e não utilizados no mesmo período tenham destinação diversa.
- 3 Sabendo-se que, recentemente, o governo federal reduziu a alíquota do imposto sobre produtos industrializados (IPI) incidente sobre a produção de veículos automotores, se, paralelamente, o governo do DF pretendesse reduzir a alíquota do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) incidente sobre a venda também de veículos automotores, deveria fazê-lo por meio da edição de lei — já que não há possibilidade de edição de medidas provisórias pelo governador do DF —, a exemplo do que se fez mister para a redução do IPI, devido aos requisitos definidos na lei de responsabilidade fiscal para a renúncia de receita.
- 4 O aumento de despesa obrigatória de caráter continuado, decorrente do reajustamento de valor de benefícios previdenciários, aplicado para efeito de preservação de seu valor real, não demanda que seus efeitos financeiros sobre os resultados fiscais, nos períodos subseqüentes ao da majoração, sejam compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.
- 5 É vedado ao DF realizar operação de crédito por antecipação de receita com instituição financeira da qual detenha a maioria do capital social com direito a voto.

**QUESTÃO 10**

No que se refere aos tributos, julgue os itens a seguir.

- 1 Considerando que, em 14/12/2001, fosse promulgada lei ordinária instituindo contribuição de intervenção no domínio econômico, então, sendo regular a criação desse tributo, ele não teria sido instituído por meio de lei originária da Câmara Legislativa do DF, e os fatos geradores havidos a partir de 1.º/1/2002 teriam ficado sujeitos à incidência dessa nova exação.
- 2 Como ocorre em relação aos impostos, na instituição de nova taxa pelo DF — o que se faz por meio de lei ordinária — deve, sem exceção, ser observado o princípio da irretroatividade da lei tributária, e os respectivos créditos somente se constituem por meio de lançamento.
- 3 Sendo a União proprietária de um apartamento em Brasília – DF, cuja ocupação tenha sido cedida, em razão da função pública, a determinado servidor civil, então, mesmo durante o período dessa ocupação, não haverá incidência do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU) e da respectiva taxa de limpeza pública (TLP), em face da imunidade tributária garantida à proprietária do bem.
- 4 A operação de entrada de produto importado em uma empresa sediada em Sobradinho – DF, destinado ao ativo fixo do próprio estabelecimento, fica sujeita à incidência do ICMS.
- 5 A instituição de empréstimo compulsório, destinado à realização de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, deverá ser efetivada pela União, por meio de lei complementar, e sua cobrança só poderá ser realizada no exercício financeiro seguinte àquele em que a lei instituidora tenha sido publicada. Ademais, o DF não terá participação no produto da arrecadação.

**QUESTÃO 11**

Acerca da interpretação, da aplicabilidade e do controle da constitucionalidade das normas no direito brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 1 Caso um candidato à presidência da República inclua, em seu programa de governo, proposta no sentido de destinar a cidadãos negros 50% das vagas nas universidades públicas, então essa proposição deverá ser implementada, necessariamente, por meio de emenda constitucional, a qual, em face de sua hierarquia normativa, não poderá ser declarada contrária à Constituição da República pelo STF.
- 2 Considerando que uma lei, tida como constitucional em face da Constituição anterior, contrarie a Constituição em vigor, então a sua eficácia, a par de poder ser questionada por meio do controle difuso da constitucionalidade das leis, poderá ser definida pelo STF em sede de ação direta de inconstitucionalidade.
- 3 A par de atribuir ao STF o controle concentrado da constitucionalidade, o texto constitucional vigente, a exemplo dos que o antecederam, não traz dispositivo explícito que admita pronunciamento de inconstitucionalidade de leis por órgãos inferiores do Poder Judiciário. O controle difuso da constitucionalidade das leis, no ordenamento jurídico brasileiro, é uma construção pretoriana, inspirada no constitucionalismo norte-americano e reafirmada sob a vigência de todas as constituições republicanas.
- 4 Considere a seguinte situação hipotética.  
O DF estava obrigado a reajustar trimestralmente os vencimentos dos seus servidores, mediante a aplicação de determinado índice de medição da inflação no período. Todavia, como parte das providências para a desindexação da economia, para efeito de redução da inflação, foi editada lei, em 16/3/1994, revogando o reajustamento trimestral e substituindo-o por um reajustamento anual. A lei, editada a quinze dias do encerramento da apuração do índice de reajuste do trimestre, determinou a desconsideração do índice de inflação até então apurado, que atingira 18%, para efeito do reajuste anual que se seguiria à sua edição.  
Nessa situação, não houve violação a direito adquirido dos servidores, nem ao princípio da irredutibilidade dos vencimentos.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.  
Promulgada lei do DF alterando a legislação relativa à incidência do IPTU, um cidadão ajuizou ação por meio da qual pretendia fosse afastada a eficácia da lei novel por contrariar a Constituição da República. O pedido foi julgado procedente em todas as instâncias, sendo confirmado, inclusive, pelo STF.  
Nessa situação, como se trata de lei distrital, o STF comunicará a decisão à Câmara Legislativa do DF para que esta suspenda a execução da lei declarada inconstitucional por decisão definitiva. Somente após essa suspensão é que não se reconhecerá eficácia àquela lei desde o momento de sua edição — ou seja, efeito *ex tunc* da decisão do STF.

**EMENTA:** PACIENTE COM HIV-AIDS — PESSOA DESTITUÍDA DE RECURSOS FINANCEIROS — DIREITO À VIDA E À SAÚDE — FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS — DEVER CONSTITUCIONAL DO PODER PÚBLICO (CF, ARTS. 5.º, *CAPUT*, E 196) — PRECEDENTES (STF) — RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. O DIREITO À SAÚDE REPRESENTA CONSEQÜÊNCIA CONSTITUCIONAL INDISSOCIÁVEL DO DIREITO À VIDA. — O direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art. 196). Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular — e implementar — políticas sociais e econômicas idôneas que visem garantir aos cidadãos, inclusive àqueles portadores do vírus HIV, o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar. O direito à saúde — além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas — representa conseqüência constitucional indissociável do direito à vida. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode se mostrar indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional. A INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROGRAMÁTICA NÃO PODE TRANSFORMÁ-LA EM PROMESSA CONSTITUCIONAL INCONSEQÜENTE. — O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política — que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro — não pode se converter em promessa constitucional inconseqüente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE MEDICAMENTOS A PESSOAS CARENTES. O reconhecimento judicial da validade jurídica de programas de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes, inclusive àquelas portadoras do vírus HIV-AIDS, dá efetividade a preceitos fundamentais da Constituição da República (arts. 5.º, *caput*, e 196) e representa, na concreção do seu alcance, um gesto reverente e solidário de apreço à vida e à saúde das pessoas, especialmente daquelas que nada têm e nada possuem, a não ser a consciência de sua própria humanidade e de sua essencial dignidade. Precedentes do STF.

STF, 2.ª Turma, Agravo Regimental em Recurso Extraordinário (AGRRE) n.º 271286/RS, relator Ministro Celso de Melo, *Diário da Justiça*, 24/11/2000, p. 101 (com adaptações).

À luz desse aresto e dos preceitos da Constituição da República, julgue os itens que se seguem.

- 1 A tutela do direito em discussão nesse julgamento poderia ter sido promovida pelo Ministério Público, inclusive por meio de ação civil pública.
- 2 Reconhecida a omissão do poder público em fornecer os medicamentos necessários ao tratamento de pessoas carentes portadoras do vírus HIV, então, por força do comando constitucional pertinente, em ato subsequente ao julgamento o STF terá dado ciência ao poder competente para a adoção das providências necessárias.
- 3 Sabendo que o artigo 196 da Constituição da República, referido no texto, tem o seguinte teor: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”, é correto afirmar que, embora se trate de uma norma de natureza programática, como reconhecido no julgamento, reconhece-se nela, também, força normativa bastante para revogar a legislação infraconstitucional com ela incompatível e em vigor na data da promulgação da Constituição.
- 4 O STF exerceu, nesse julgamento, o controle difuso da constitucionalidade das leis. Tal decisão, para produzir efeitos em favor de todos, e não somente do autor, deverá ser comunicada ao Senado Federal.
- 5 Ultimamente, a mídia tem noticiado, com frequência, a omissão do poder público em adquirir os medicamentos necessários ao atendimento regular dos pacientes nos hospitais públicos do DF. Assim, com base no precedente apresentado no julgamento, um cidadão afetado por essa conduta omissiva da administração pública poderá impetrar mandado de injunção para obter ordem judicial que determine a aquisição do medicamento de uso contínuo de que necessita.

Acerca da prescrição e da decadência, julgue os itens que se seguem.

- 1 Considere a seguinte situação hipotética.  
Caio celebrou, em 8/7/1997, contrato de trabalho temporário com empresa pública do âmbito da administração indireta do DF, tendo sido rescindido o contrato em 31/8/1998, por determinação do TCDF. Irresignado com o não-pagamento da gratificação natalina e do aviso prévio, Caio ajuizou reclamação trabalhista em 5/9/2000.  
Nessa situação, embora não tenham transcorrido cinco anos desde a extinção do contrato de trabalho, o prazo prescricional para o exercício da pretensão de Caio já estava consumado quando do ajuizamento da reclamação, mas o juiz não poderá, de ofício, conhecer da prescrição.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.  
Em 3/3/1995, concluiu-se o processo por meio do qual José, servidor público do DF, adotou Márcio, nascido em 5/1/1994. José era solteiro e não se tinha conhecimento da existência de qualquer parente seu. Assim, quando José faleceu, em 10/10/1996, Márcio era o seu único dependente e herdeiro. A criança veio a ser cuidada por Joana, pessoa que, durante anos, prestara serviços na residência de José. Em 17/4/2002, alertada por um vizinho, Joana, que já detinha a guarda da criança, requereu administrativamente, em favor de Márcio, a concessão de pensão por morte. O benefício foi deferido e, subsequente, submetido ao crivo do TCDF.  
Nessa situação, a Corte não deverá aprovar a concessão do benefício, uma vez que, decorrido o prazo quinquenal após o óbito do servidor, a pretensão estava fulminada pela intercorrência da prescrição.
- 3 Está sujeita a prazo decadencial a faculdade de a administração pública do DF anular ato ilegal que concedeu a servidor vantagem patrimonial indevida, de efeito contínuo, para o qual o destinatário não concorreu com má-fé.
- 4 Considere a seguinte situação hipotética.  
Uma lei definia certo prazo de caducidade para o exercício de uma pretensão. O titular do direito, não logrando a sua observância espontânea, ajuizou ação para efeito de implementá-la. Efetivada a citação do réu, subsequente a ação veio a ser extinta por desídia do autor. Meses depois, o autor ingressou em juízo com nova ação. Ao contestá-la, o réu arguiu que, após o arquivamento da primeira ação, o prazo de caducidade se consumara. O juiz, acertadamente, rejeitou a arguição, afirmando que a primeira citação interromperá o curso daquele prazo.  
Nessa situação, pode-se concluir que o prazo em questão não era de decadência.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.  
Em 12/9/1985, Tício praticou crime de peculato, cuja pena cominada é de 2 a 12 anos de reclusão. Todavia, a respectiva denúncia só veio a ser recebida em 12/9/1995, interrompendo-se, então, o curso da prescrição. Em 17/9/1997, sobreveio o trânsito em julgado, para a acusação, da sentença que condenou Tício a quatro anos de reclusão.  
Sabendo que o art. 109 do Código Penal dispõe que a prescrição regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: I - em 20 anos, se o máximo da pena é superior a 12; II - em 16 anos, se o máximo da pena é superior a 8 anos e não excede a 12; III - em 12 anos, se o máximo da pena é superior a 4 anos e não excede a 8; IV - em 8 anos, se o máximo da pena é superior a 2 anos e não excede a 4; V - em 4 anos, se o máximo da pena é igual a 1 ano ou, sendo superior, não excede a 2; VI - em 2 anos, se o máximo da pena é inferior a 1 ano, na situação hipotética apresentada, estará, então, extinta a punibilidade pela prática do peculato, em face da prescrição retroativa, uma vez que, imposta a pena de 4 anos, o prazo prescricional aplicável é de 8 anos — sendo que decorreram 10 anos entre a data do delito e o recebimento da denúncia.

Com relação aos atos e contratos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 1 A administração pública não pode celebrar contratos regidos pelas regras do direito privado. Assim, em um hipotético contrato de manutenção de elevadores, celebrado entre uma empresa e o TCDF, valerá somente em favor do órgão público a exceção de contrato não-cumprido.
- 2 Entre as cláusulas exorbitantes, implícitas nos contratos administrativos, está a possibilidade de esses contratos serem unilateralmente alterados pela administração pública — procedimento que seria inaceitável em contratos civis e mercantis. Assim, em uma situação hipotética em que o órgão contratante sofre redução de dotações orçamentárias, o contrato pode ser alterado, independentemente de consentimento da empresa contratada, para efeito de os pagamentos, inicialmente ajustados para serem efetuados em moeda corrente, serem feitos em títulos da dívida pública a partir da alteração.
- 3 Ao celebrar contrato administrativo para prestação de serviço público, a administração pública só poderá incluir na avença a renúncia ao direito de rescisão unilateral se essa condição, evidentemente favorável ao contratado, já estivesse prevista no edital da respectiva licitação.
- 4 Considere a seguinte situação hipotética.  
O poder público contratou com a empresa Alfa, após regular concorrência pública, a concessão de serviço de transporte público urbano, com itinerário de 35 km — este devidamente descrito no edital de licitação e no respectivo contrato administrativo. Após dois anos de vigência do contrato, havendo demanda de novos itinerários, a administração pública promoveu um detalhado estudo das linhas de transporte coletivo que atendia determinada região. Disso resultou a redução em 10 km do itinerário cuja exploração fora concedida à empresa Alfa, bem assim a ampliação em 5 km e 2 km, respectivamente, dos itinerários explorados por duas outras empresas concessionárias.  
Nessa situação, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos — tanto promovendo a redução do valor auferido pela empresa Alfa quanto o aumento dos valores auferidos pelas duas outras concessionárias — será uma obrigação, e não apenas uma faculdade da administração pública.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.  
Uma autarquia do DF celebrou contrato administrativo com a empresa Beta, por meio do qual esta se obrigou a fornecer à administração bens indisponíveis no mercado nacional. Todavia, quando apenas 20% dos bens já haviam sido importados, de acordo com o cronograma de fornecimento definido no contrato, o governo federal recém-empossado alterou substancialmente a política de importação, restaurando a reserva de mercado de produtos de informática, em favor da indústria nacional. Pelas novas regras, a inexistência de produto congênere no mercado nacional autorizaria a importação, mas mediante alíquota do imposto aduaneiro elevada de 100% para 300% do valor do produto.  
Nessa situação, a autarquia contratante não estará obrigada a compensar a empresa Beta pelos prejuízos suportados, haja vista o **fato do príncipe** ter sido praticado em âmbito federal, e não na esfera do DF, de modo que eventuais reparações de dano deverão ser demandadas contra a União.

**QUESTÃO 15**

À luz dos institutos jurídicos pertinentes, julgue os itens a seguir.

**1** Considere a seguinte situação hipotética.

Na fase própria da licitação que tinha por objeto a manutenção de aparelhos de ar condicionado, um concorrente apresentou os documentos relativos à sua habilitação jurídica, nos quais a pessoa que se habilitava era identificada como José da Silva Ltda. Vencedora do certame, essa empresa celebrou o contrato administrativo respectivo e iniciou a sua execução. Subseqüentemente, restou caracterizada a inadimplência da contratada.

Nessa situação, a paralisação do serviço enseja a rescisão do contrato administrativo. Ademais, José da Silva responderá solidariamente com a sociedade comercial pelas sanções pecuniárias impostas pelo contratante, haja vista ter dado o seu nome à firma.

**2** Considere a seguinte situação hipotética.

Apurados os prejuízos causados ao TCDF pelo preposto da empresa Ômega, para a qual o tribunal terceirizara os serviços de segurança de sua sede, a empresa emitiu um cheque, sacado de conta de sua titularidade, no valor de R\$ 2.000,00, correspondente ao valor do dano. No verso do cheque, o sócio-gerente da empresa Ômega lançou sua assinatura, sem qualquer anotação.

Nessa situação, o sócio-gerente será avalista do pagamento. Assim, se o cheque for devolvido pela instituição financeira por insuficiência de fundos, tanto o emitente quanto o avalista poderão ser executados pelo valor expresso no título.

**3** O indivíduo pode ser investido, aos dezoito anos de idade, em cargo público de provimento de caráter efetivo. E se isso ocorrer, cessará para ele a incapacidade civil, ainda que seja exonerado um ano depois.**4** Um veículo de propriedade do TCDF é um bem nacional, de uso especial, móvel, fungível e indivisível.**5** A auto-executoriedade é atributo dos atos administrativos, consistente na possibilidade de imediata e direta execução de atos pela própria administração. Assim, ao contrário dos particulares em geral, os créditos de que o DF for titular contra um contribuinte, por exemplo, podem ser executados diretamente pela estrutura fazendária do ente federativo, independentemente de ordem judicial.**QUESTÃO 16**

Acerca dos atos de improbidade administrativa, dos crimes praticados contra a administração pública e de crimes praticados por funcionários públicos, julgue os itens subseqüentes.

**1** Considere a seguinte situação.

Recentemente, uma emissora de televisão divulgou a prática de corrupção na secretaria de um município de um estado brasileiro. Na situação divulgada, o repórter atendia a alguns vereadores no gabinete do secretário, como se ocupasse tal cargo — tudo feito com a colaboração e anuência do prefeito municipal, autoridade que nomeia os secretários municipais. Os vereadores ofereciam vultosas propinas ao falso secretário, em troca de contratações privilegiadas de empresas para prestação de serviços e fornecimento de produtos à prefeitura.

Nessa situação, o repórter não cometeu crime de usurpação de função pública, nem de concussão, mas os vereadores praticaram crime de exploração de prestígio.

**2** Considere a seguinte situação hipotética.

O presidente da comissão de licitação de uma autarquia do DF devassou o sigilo das propostas, substituindo a que fora apresentada pela empresa X, de modo que esta veio a vencer o certame. Subseqüentemente, o servidor que auxiliara o presidente da comissão, não tendo obtido a vantagem que lhe fora prometida, denunciou a irregularidade à chefia do órgão.

Nessa situação, na condenação pela prática criminosa, o juiz poderá impor ao presidente da comissão de licitação a pena restritiva de direito de perda do cargo público.

**3** Considere a seguinte situação hipotética.

Com o intuito de angariar votos para a sua reeleição, o governador de um estado da Federação concluiu a construção de uma grande ponte na capital, fazendo uso de recursos orçamentários da área social — entre os quais, 70% da verba destinada à aquisição de medicamentos para a rede pública. Assim, em razão de o governador ter ordenado a realização de despesa não-autorizada no orçamento, o Ministério Público ajuizou ação cautelar, preparatória da ação de reparação de danos por ato de improbidade administrativa, objetivando obstar o uso indevido das verbas públicas.

Nessa situação, na ação de reparação de danos, o governador poderá ser condenado à perda da função pública e à suspensão dos direitos políticos.

**4** Em uma hipotética ação de reparação de danos por atos de improbidade administrativa, proposta pelo DF contra um secretário de governo que tenha desviado verbas federais do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), é obrigatória a intervenção do Ministério Público como fiscal da lei, sob pena de nulidade. Ademais, é vedada a realização de transação, acordo ou conciliação, ainda que o Ministério Público participe do ato.**5** Um governador pode concorrer à reeleição em 2002, mesmo que tenha sido condenado por improbidade administrativa em 2001, com imposição da pena de suspensão dos direitos políticos, só estando impedido de tomar posse para o exercício do novo mandato se, antes da nova investidura, sobrevir o trânsito em julgado da sentença.**QUESTÃO 17**

Julgue os itens a seguir, relativos à administração pública e aos serviços públicos.

**1** Considere a seguinte situação hipotética.

Rafael, servidor do DF, aposentou-se regularmente em 4/6/1997. Aflito com o montante de sua renda, sensivelmente afetada pela política salarial praticada pelo poder público, Rafael resolveu fazer novo concurso público. Assim, após sua aprovação no certame, retornou à ativa em 8/5/1998, ao ser empossado em cargo público afeto à estrutura da administração direta do DF.

Nessa situação, Rafael pode acumular os proventos da aposentadoria com os vencimentos decorrentes do exercício do cargo público.

**2** Caso a administração pública decida encampar serviço público de transporte coletivo urbano, então a concessionária não pode opor-se à encampação, limitando-se o seu direito à indenização dos prejuízos que o ato lhe acarretar — nos quais se incluem os lucros cessantes e os danos emergentes.**3** As fundações que integram a estrutura da administração pública indireta do DF são pessoas jurídicas de direito público, as quais não se submetem à fiscalização do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), têm imunidade de impostos sobre seu patrimônio, seus bens são impenhoráveis, dispõem de prazo em quádruplo para contestar ações e as sentenças que lhes sejam desfavoráveis estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição.**4** O TCDF exerce controle externo da administração financeira e orçamentária das sociedades de economia mista do DF. Todavia, apesar de exercer funções técnicas opinativas, não há possibilidade de esse Tribunal ser consultado previamente à celebração de contrato administrativo por parte de qualquer órgão da administração pública.**5** Uma decisão do TCDF está sujeita a controle jurisdicional para efeito de definição de sua legalidade, podendo também ensejar a responsabilização civil do Distrito Federal.**QUESTÃO 18**

Considerando a disciplina constitucional acerca da fiscalização orçamentária, atribuída ao Poder Legislativo e exercida com o auxílio de tribunais de contas, os quais exercem controle externo da administração pública, julgue os itens que se seguem.

**1** Constatando o TCDF que as despesas com pessoal do Poder Executivo ultrapassam os limites definidos em lei, então, para efeito de dar cumprimento à lei de responsabilidade fiscal, o tribunal poderá ordenar que, até que a adequação orçamentária seja alcançada, sejam adotadas a redução temporária da jornada de trabalho dos respectivos servidores, ajustando-se os vencimentos à nova carga horária, e a redução dos valores atribuídos à remuneração dos cargos em comissão e funções de confiança.**2** A exemplo do que ocorre em âmbito federal, caso o governador do DF que venha a ser empossado em 1.º/1/2003 discorde da proposta orçamentária elaborada pelo governo sucedido, poderá, então, enviar mensagem à Câmara Legislativa propondo alterações, as quais só não serão examinadas se a votação do projeto de lei orçamentária já estiver concluída.**3** A decisão do TCDF que condenar determinado gestor a ressarcir o erário em razão de realização de despesa não-autorizada na lei orçamentária terá eficácia de título executivo.**4** Pelo princípio da exclusividade orçamentária, consagrado no texto constitucional vigente, as receitas e as despesas públicas só podem ser previstas e fixadas na lei orçamentária. Constatada a inobservância dessa regra, o TCDF deverá representar à Câmara Legislativa para que a Mesa daquele órgão ajuíze a necessária ação direta de inconstitucionalidade.**5** A aplicação das sanções definidas em lei para a prática de ato de improbidade, consistente na realização de despesa não-autorizada na lei orçamentária, está condicionada à apuração de efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público e à rejeição das contas pelo TCDF — isto na hipótese de o gestor estar sujeito à apresentação de contas e ao respectivo julgamento destas por aquela Corte.



## ECONOMIA

### QUESTÃO 19

A escolha em situação de escassez, as interações entre o governo e os mercados privados, bem como as questões ligadas ao meio ambiente, são pontos relevantes para a análise dos fenômenos econômicos. A esse respeito, julgue os itens a seguir.

- 1 Políticas de incentivos fiscais que estimulam o crescimento da poupança contribuem para deslocar, para cima e para a direita, a fronteira de possibilidades de produção da economia.
- 2 O desenvolvimento de tecnologias que permitam reduzir as exigências de adubação de cana-de-açúcar viabilizam aumentos da quantidade ofertada, provocando, assim, um deslocamento ao longo da curva de oferta desse produto.
- 3 Os aumentos substanciais dos preços dos medicamentos, que originaram uma disputa acirrada entre o governo e a indústria farmacêutica, explicam-se, em parte, pelo fato de a demanda desses produtos ser inelástica, em relação ao preço.
- 4 Para um estudante brasileiro, os custos de oportunidade de cursar um MBA (*Master of Business Administration*), nos Estados Unidos da América (EUA), em regime de dedicação exclusiva, correspondem aos gastos com matrículas, mensalidades, material escolar e aqueles referentes às despesas de alojamento e manutenção do estudante nos EUA.
- 5 A concessão de subsídios governamentais para a restauração de áreas tombadas pelo patrimônio histórico exemplifica a ação direta do governo para aumentar o nível de eficiência da economia, já que essa atividade gera externalidades positivas para o conjunto da sociedade.

### QUESTÃO 20

Com base na teoria macroeconômica, julgue os itens abaixo.

- 1 Caso a alta do dólar, que reflete as condições atuais da economia brasileira, se converta em crise de confiança do consumidor, ela poderá, a curto prazo, elevar a poupança, às expensas do consumo, contribuindo, assim, para a redução do produto interno bruto (PIB).
- 2 A acumulação de estoques nos pátios das montadoras de automóveis, que motivou a recente redução de impostos sobre os produtos industrializados (IPI), implica que, nesse período, o PIB seja superior à renda interna bruta.
- 3 Quando os brasileiros que trabalham no Japão remetem ienes para seus familiares, essa transação é registrada como um crédito na Conta de Capital do Balanço de Pagamentos Brasileiro.
- 4 Se as exportações brasileiras, em um determinado período, forem superiores às importações, então, o investimento estrangeiro líquido será negativo, contribuindo, assim, para expandir a produção doméstica.
- 5 Programas bem sucedidos de treinamento dos trabalhadores, realizados, por exemplo, no âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), concorrem para aumentar o salário real, particularmente se o mercado do produto onde atuam esses trabalhadores for competitivo.

### QUESTÃO 21

A análise dos fenômenos monetários é fundamental para o entendimento dos problemas econômicos. A esse respeito, julgue os itens que se seguem.

- 1 No final das hiperinflações, os saldos monetários reais aumentam porque a queda da inflação reduz as taxas de juros reais esperadas, o que conduz à expansão da quantidade demandada de moeda.
- 2 A possível redução do multiplicador monetário, em decorrência de crise de confiança no sistema bancário, pode restringir a expansão do crédito, contribuindo para elevar as taxas de juros.
- 3 Contrariamente à moeda fiduciária, que representa apenas um padrão de valor, a moeda-mercadoria, que tem valor intrínseco, pode servir, simultaneamente, como reserva de valor e como meio de troca.
- 4 As operações de mercado aberto envolvem variações nos encaixes compulsórios que os bancos comerciais detêm junto ao Banco Central (BACEN) e, portanto, afetam o crescimento do estoque monetário.
- 5 Um aumento no PIB nominal que não altere as taxas de juros desloca a demanda de moeda para cima e para a direita.

### QUESTÃO 22

O estudo do funcionamento do setor público é importante para a compreensão de questões econômicas relevantes. Acerca desse assunto, julgue os itens a seguir.

- 1 A função redistributiva do governo está associada à provisão de bens e serviços que não são ofertados adequadamente pelos mercados privados.
- 2 Entre os argumentos favoráveis à privatização de empresas públicas está o fato de os incentivos organizacionais que prevalecem nessas empresas excluírem a possibilidade de falência, além de, em geral, sua atuação se restringir a mercados não-competitivos.
- 3 A decisão de manter o orçamento equilibrado elimina a função contra-cíclica da política fiscal.
- 4 Tanto no que diz respeito à tributação indireta quanto no caso dos impostos sobre a renda e a propriedade, a minimização do gravame excessivo (*deadweight loss*), associado ao sistema tributário, requer a adoção de uma base tributável ampla, combinada com alíquotas mais elevadas.
- 5 No Brasil, o déficit público corresponde à variação da dívida fiscal e da base monetária.

Nas questões de 23 a 26, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que o *mouse* está configurado para pessoas destras. Assim, a menos que seja explicitamente informado o contrário, expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e *hardware* utilizados.

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

### QUESTÃO 23

A Internet nasceu da necessidade de interconectar redes distintas que não se comunicavam entre si. A rede mundial de computadores baseia-se em um conjunto de protocolos definidos pela arquitetura TCP/IP, que permite que mensagens, divididas em pacotes, trafeguem e sejam encaminhadas para o seu destino da forma mais rápida e confiável possível.

Na presente geração da Internet, constata-se a grande demanda por aplicações multimídia e por aplicações de comércio eletrônico. Ambas possuem uma demanda de tráfego bem mais exigente que uma aplicação como FTP.

O problema da atual geração da Internet deve-se ao fato de que todos os pacotes, independentemente de que aplicativo os gerou, são processados da mesma forma, impondo sérias limitações a um tráfego com restrições de tempo real. Esse problema agrava-se quando a rede está congestionada, pois protocolos de congestionamento, presentes no protocolo IP, descartam pacotes sem conhecer qual a aplicação os gerou.

Carlos Cavalcanti *et al.* Qualidade de serviço em IP: nasce uma nova Internet. Internet: <<http://www.informaticapublica.mg.gov.br>>. Acesso em 11/8/2002 (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os itens que se seguem, relacionados a conceitos de Internet e de correio eletrônico.

- 1 Na arquitetura da Internet, o encaminhamento dos pacotes é provido pelo protocolo IP, enquanto o protocolo TCP se encarrega de particionar na origem e de remontar no destino os pacotes referentes a uma determinada informação. Devido às características do protocolo IP, os pacotes podem chegar no destino fora da ordem em que foram enviados na origem.
- 2 Pelo fato de dividir a mensagem em pacotes, a arquitetura TCP/IP não se vem adequando às exigências de velocidade de transmissão dos novos serviços de Internet, e, por isso, vem sendo substituída pela arquitetura ATM. Atualmente, para aplicações de multimídia em banda larga na Internet, um usuário deve dispor de tecnologia ATM instalada em seu microcomputador.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.  
Ao visitar um *site* de seu interesse, João desejou enviar a Maria, na forma de uma mensagem de correio eletrônico, as informações contidas em uma determinada página desse *site*, que continha texto e objetos na forma de figura. Para isso, João transcreveu as informações dessa página de forma textual e anexou os objetos na forma de arquivos de figura à mensagem de correio eletrônico.  
Nessa situação, João utilizou os recursos mais adequados para enviar as informações desejadas a Maria. Atualmente, na Internet, o uso de *e-mail* restringe-se à transferência de arquivos textuais. Informações na forma de figura somente podem ser enviadas como arquivos anexados a uma mensagem de correio eletrônico.
- 4 O uso do conceito de Internet de banda larga constitui um dos recursos atualmente empregados para permitir a obtenção de uma maior taxa de transmissão de informação na rede mundial de computadores. O uso desse recurso, por si só, não garante, todavia, que a rede mundial de computadores seja capaz de prover tráfego em tempo real, com qualidade de serviço adequado para aplicações de multimídia, tal como as aplicações de voz sobre IP.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.  
Pedro, desejando acessar a Internet por meio de uma rede que lhe permitisse obter taxas de transmissão de dados maiores que 128 kbps para que ele pudesse usufruir serviços de comércio eletrônico com maior comodidade, optou pelo acesso à Internet por meio de uma rede ADSL.  
Nessa situação, a opção de Pedro foi equivocada, pois, no acesso à Internet por meio de uma rede ADSL, apesar da possibilidade de obtenção de taxas de transmissão de dados maiores que 128 kbps, não são permitidos serviços de comércio eletrônico. A melhor opção, nesse caso, seria o acesso à Internet por meio de uma rede *dial-up*.

### QUESTÃO 24

Ao realizar uma fiscalização em determinada empresa, um analista de finanças e controle externo do TCDF considerou a possibilidade de enviar à sede desse tribunal, por meio da Internet, um texto com algumas consultas, uma tabela explicativa com valores numéricos de diversos parâmetros e um gráfico existente em um catálogo da empresa. Nessa hipótese e sabendo que o analista tinha todos os equipamentos necessários para a transmissão das informações, interligados por meio de um computador com o Windows 98 e o editor de textos Word 2000 instalados, julgue os itens a seguir, acerca das possibilidades de execução dessa tarefa.

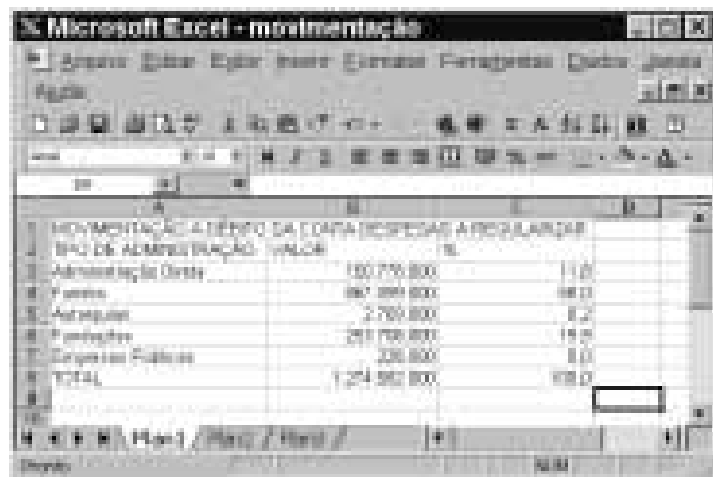
- 1 Caso edite o texto no Word 2000 e ative a opção Layout da Web, existente no *menu* Exibir desse editor de textos, é correto afirmar que o analista terá à sua disposição ferramentas capazes de realizar a transferência FTP do arquivo referente ao documento pela Internet, diretamente para o *site* do TCDF, sem a necessidade de utilização de um aplicativo de correio eletrônico.
- 2 Caso edite o texto no Word 2000 e salve o documento no formato RTF, o analista gerará um arquivo criptografado, que somente poderá ser visualizado se o destinatário do documento tiver a senha utilizada na criptografia.
- 3 Para inserir o gráfico do catálogo em um documento do Word 2000, o analista poderá utilizar a opção Figura, encontrada no *menu* Inserir. Por meio dessa opção, é possível a inclusão de uma figura no documento acionando, a partir do Word 2000, um equipamento escâner.
- 4 Caso elabore um único documento do Word 2000 contendo, em páginas diferentes, o texto, a tabela e uma figura referente ao gráfico, para diminuir o tamanho do arquivo a ser enviado pela Internet, o analista poderá configurar a impressão do documento para três páginas por folha de papel, o que reduz o espaço de memória necessário para armazenar o arquivo.
- 5 Caso elabore a tabela no Word 2000, o analista terá à sua disposição, por meio da opção Fórmula, encontrada no *menu* Tabela desse aplicativo, ferramentas capazes de realizar operações de soma dos conteúdos numéricos existentes em células da tabela e de inserir o resultado dessas operações em uma determinada célula.

**QUESTÃO 25**

Os computadores pessoais têm se tornado cada vez mais complexos, tanto em termos de *hardware*, quanto de *software*. Existe atualmente um grande número de aplicativos e um certo número de sistemas operacionais, que são programas essenciais ao funcionamento da máquina. Com relação a aplicativos e a sistemas operacionais, julgue os itens seguintes.

- 1 Enquanto o Windows 98 é um sistema operacional multitarefa, que utiliza uma interface gráfica com o usuário, o Linux não apresenta essa interface gráfica e não é multitarefa, permitindo a execução de apenas um programa por vez.
- 2 A Internet tem permitido uma interação cada vez maior entre pessoas de diferentes cidades e até mesmo de diferentes países. Entretanto, essa versatilidade tem algumas limitações. Uma delas é a incompatibilidade entre sistemas operacionais. Um exemplo clássico é o fato de que computadores que utilizam o sistema operacional Windows 98 não podem trocar mensagens de correio eletrônico com computadores que utilizam o sistema operacional Linux.
- 3 O Linux apresenta comandos que permitem ao usuário realizar diversas tarefas. O comando `ls`, por exemplo, permite exibir a lista do conteúdo do diretório corrente.
- 4 O Windows 98 é um sistema operacional que apresenta diversas ferramentas muito úteis, entre elas o Windows Explorer, que permite, por exemplo, mover arquivos de uma pasta para outra.
- 5 O programa Access 97 é um exemplo de sistema operacional multitarefa e multiusuário, que permite, portanto, que vários usuários estejam conectados a um computador, por meio de uma rede de computadores, compartilhando todos os recursos desse computador.

**QUESTÃO 26**



A figura acima mostra uma planilha que foi elaborada por um funcionário do TCDF no Excel 97. Com relação a essa planilha e ao Excel 97, julgue os itens subsequentes.

- 1 Caso as porcentagens indicadas nas células de C3 a C8 não tivessem ainda sido calculadas, para calculá-las, seria suficiente realizar a seguinte seqüência de operações: clicar a célula C3; digitar `=B3/$B$8*100` e teclar **Enter**; ajustar, usando o botão apropriado, o número desejado de casas decimais a ser exibido; clicar a célula C3; posicionar o ponteiro do *mouse* no canto inferior direito da célula C3; pressionar o botão esquerdo do *mouse* e, mantendo-o pressionado, mover o *mouse* até seu ponteiro se posicionar no canto inferior direito da célula C8, liberando, então, o botão esquerdo do *mouse*.
- 2 Para adicionar bordas a todas as células da tabela, é suficiente, após selecionar toda a tabela, clicar
- 3 Caso o total mostrado na célula B8 não tivesse sido ainda calculado, para calculá-lo, seria suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: clicar a célula B8, digitar `=soma(B3:B7)` e teclar **Enter**.
- 4 Para centralizar todos os conteúdos contidos nas células da coluna B, é suficiente: selecionar todas as células cujos conteúdos se deseja centralizar; em seguida, pressionar a tecla **Ctrl** e, mantendo-a pressionada, teclar **C**.
- 5 Para alterar a largura da coluna D, é suficiente realizar a seguinte seqüência de operações: clicar o cabeçalho dessa coluna, ; clicar o menu **Formatar**; apontar, com o *mouse*, para a opção Coluna desse menu, na lista de opções decorrente dessa ação, clicar Largura; escrever, no campo apropriado, o número correspondente à largura desejada; clicar OK.

**PARTE II**  
**CONTABILIDADE**

**Texto III – questões 27 e 28**

balanço patrimonial (em R\$ mil)			
ativo	31/12/2001	passivo	31/12/2001
<b>circulante</b>	<b>155.300</b>	<b>circulante</b>	<b>261.000</b>
disponível	22.500	contas a receber	125.250
contas a pagar	85.000	estoques	72.500
resultado do período seguinte (positivo)	12.600	créditos tributários	5.000
empréstimos passivos	35.200	tributos a recolher	25.600
outros passivos circulantes	1.500	dividendos a pagar	22.650
		despesas do período seguinte	10.000
<b>permanente</b>	<b>336.250</b>	<b>patrimônio líquido</b>	<b>220.450</b>
investimentos	1.250	capital	150.000
imobilizado	285.000	reservas de capital	12.000
reserva de reavaliação	50.000	reservas de lucro	32.500
diferido	1.500	lucros acumulados	25.950
<b>total</b>	<b>491.550</b>	<b>total</b>	<b>481.450</b>

**QUESTÃO 27**

Sabendo que o balanço patrimonial apresentado no texto III contém erros de classificação de contas, julgue os itens a seguir.

- 1 Classificando-se corretamente as contas apresentadas no balanço, o saldo do ativo total deve ultrapassar R\$ 520 milhões.
- 2 Classificando-se corretamente as contas do ativo circulante, ele deve alcançar um valor superior a R\$ 230 milhões.
- 3 O patrimônio líquido apresenta valor menor que o real.
- 4 O passivo circulante apresenta valor inferior ao real.
- 5 As despesas do período seguinte estão corretamente classificadas no passivo circulante.

**QUESTÃO 28**

A respeito do balanço patrimonial apresentado no texto III, julgue os itens que se seguem.

- 1 Pelo balanço apresentado, há evidências claras de que a empresa está operando com prejuízo.
- 2 As contas de ativo de um balanço devem possuir saldo credor e, na hipótese de contas retificadoras do ativo, o saldo delas deve ser devedor.
- 3 O ativo permanente apresenta um saldo maior que o real.
- 4 O resultado do período seguinte é uma conta que, normalmente, apresenta saldo credor.
- 5 A demonstração das origens e aplicações de recursos desse balanço, referente ao encerramento do período, deverá apresentar como origem de recursos a tomada de empréstimos para financiamento do ativo.

**QUESTÃO 29**

No que diz respeito ao programa de contabilidade, julgue os itens subsequentes.

- 1 Para efeito do cálculo de dividendos e constituição da reserva de lucros a realizar, considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder da soma do resultado líquido positivo da equivalência patrimonial e lucro, ganho ou rendimento em operações cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte.
- 2 O lucro real, para fins tributários, é sempre igual ao lucro contábil, em cada exercício social.
- 3 O princípio da competência determina quando as alterações no ativo ou no passivo resultam em aumento ou diminuição do patrimônio líquido, estabelecendo diretrizes para a classificação das mutações patrimoniais, resultantes da observância do princípio da oportunidade.
- 4 A empresa que adota o sistema de inventário permanente obriga-se a apurar o custo das mercadorias vendidas apenas ao final do período contábil, adotando a equação  $CMV = \text{Estoque Inicial} + \text{Compras} - \text{Estoque Final}$ .
- 5 Segundo a Lei das S.A., as reservas de capital somente poderão ser utilizadas para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros, para resgate, reembolso ou compra de ações, para resgate de partes beneficiárias, para incorporação ao capital social e para pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

**RASCUNHO**

**QUESTÃO 30**

mês de referência: 12/2001 (valores acumulados no exercício, em R\$ mil)			
descrição	previsão inicial (a)	previsão atualizada (b)	realizado
<b>receita total</b>	6.395.839	7.043.332	6.144.822
impostos	2.222.050	2.338.964	2.217.736
transferências	2.749.783	3.131.142	3.122.307
empréstimos	218.959	226.959	30.197
previdenciárias	145.800	153.500	162.649
privatização	0	0	0
outras	1.059.247	1.192.767	611.933
<b>despesa total</b>	<b>6.287.485</b>	<b>7.091.200</b>	<b>5.956.629</b>
pessoal (c)	2.581.953	2.829.280	2.697.640
previdenciárias	969.204	1.234.276	1.213.959
dívida (principal)	112.290	96.215	92.045
outras (d)	2.624.038	2.931.429	1.952.985
<b>resultado sem juros e encargos</b>	<b>108.354</b>	<b>-47.868</b>	<b>188.193</b>
<b>juros e encargos</b>	<b>108.354</b>	<b>101.625</b>	<b>99.294</b>
<b>resultado</b>	<b>0</b>	<b>-149.493</b>	<b>88.899</b>

- (a) meta inicial, conforme lei orçamentária anual  
 (b) previsão/dotação atualizada pelos créditos adicionais autorizados; excluídos créditos bloqueados  
 (c) exclui despesas previdenciárias  
 (d) exclui juros e encargos

comparativo do cumprimento dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)			
mês de referência: 12/2001 (valores correspondentes aos últimos 12 meses, em R\$ mil)			
descrição	R\$	% RCL	limite da LRF %
<b>receita corrente líquida (RCL)</b>	<b>3.423.523</b>	-	-
<b>dívida</b>	1.351.031	39,46	-
consolidada	1.351.031	39,46	-
mobiliária	-	-	-
<b>pessoal (total)</b>	<b>1.310.917</b>	<b>38,29</b>	<b>55,00</b>
Legislativo (1)	150.237	4,39	6,00
Executivo (2)	1.160.680	33,90	49,00
Judiciário (3)	-	-	-
<b>concessões de garantias</b>	-	-	-
<b>antecipação de receitas orçamentárias</b>	-	-	-
<b>restos a pagar (4)</b>	<b>210.236</b>	-	-

- (1) inclui o TCDF  
 (2) exclui pagamento com recursos da União  
 (3) mantido pela União  
 (4) saldo a pagar

Internet: <http://www2.tc.df.gov.br/bf/informecontrolesocial.php>. Acesso em 6/8/2002 (com adaptações).

A partir da análise do demonstrativo apresentado acima, que contém informações de execução orçamentária do GDF (Poderes Executivo e Legislativo), é correto afirmar que

- ❶ esse demonstrativo contém receitas e despesas públicas classificadas por categorias econômicas.
- ❷ o GDF encerrou o exercício de 2001 com superávit primário, mas com déficit nominal e operacional.
- ❸ o GDF realizou um déficit previdenciário superior à metade da receita realizada com impostos.
- ❹ o Poder Legislativo superou o limite prudencial para a despesa total com pessoal.
- ❺ ocorreu excesso de arrecadação nas receitas de impostos e previdenciárias.

**QUESTÃO 31**

O planejamento de uma auditoria tem por finalidade definir questões essenciais à sua realização, razão pela qual pressupõe adequado conhecimento do ramo de atividade, negócio e práticas operacionais do auditado. Entre as questões essenciais ao planejamento, consoante o Manual de Auditoria Integrada do TCDF, destaca-se a

- ❶ fixação de objetivos geral e específicos.
- ❷ delimitação do escopo e do cronograma dos trabalhos.
- ❸ estimativa dos custos da auditoria e dos benefícios financeiros que ela deverá proporcionar ao setor público.
- ❹ fixação dos critérios a serem utilizados.
- ❺ elaboração da minuta do relatório de auditoria.

**QUESTÃO 32**

Auditoria do TCDF em órgão da administração do GDF verificou que houve a determinação de que, no encerramento do corrente ano, não deveria ocorrer a inscrição de quaisquer empenhos em restos a pagar. Tal fato surpreendeu a equipe de auditoria, que solicitou explicações. Nessa situação, seria correto o gestor justificar sua orientação afirmando que, após o advento da LRF, a inscrição em restos a pagar

- ❶ deixou de existir para a administração direta.
- ❷ passou a respeitar a regra de que é vedado ao titular de poder ou órgão, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito.
- ❸ passou a gerar direito líquido e certo contra o erário.
- ❹ passou a ser incluída em relatórios que vão a conhecimento público, entendendo o gestor que uma boa gestão é aquela que minimiza a transferência de encargos entre diferentes exercícios financeiros.
- ❺ passou a ter de constar da lei orçamentária anual.

**QUESTÃO 33**

Na auditoria no setor público, é comum a utilização de técnicas de amostragem. Considerando que as pesquisas complexas, todavia, estão sujeitas a um tipo de erro denominado de não-resposta, que é a falha na coleta de dados sobre todos os itens ou indivíduos selecionados para a amostra, julgue os itens a seguir.

- ❶ Os pesquisadores podem, em geral, assumir que os respondentes e os não-respondentes são semelhantes.
- ❷ Nas variáveis contínuas, quando a proporção de não-respondentes é elevada, os intervalos de confiança não podem ser estimados com precisão, a não ser por meio de aproximações não-corroboradas pelos dados existentes.
- ❸ Para tornar mais claro o impacto do índice de não-resposta sobre o intervalo de confiança, convém calcular qual seria o tamanho da amostra para um dado intervalo, supondo-se um índice nulo de não-resposta.
- ❹ Para minorar o problema da não-resposta, podem ser utilizadas as técnicas do *call-back* e das subamostras.
- ❺ Os métodos de compensação da não-resposta, quando aplicados incorretamente, não causam danos importantes à conclusão dos trabalhos de auditoria em que se utiliza amostragem.

**QUESTÃO 34**

Na auditoria no setor público, existem normas que arrolam princípios de controles internos. Esses princípios constituem o conjunto de regras, diretrizes e sistemas que visam atingir objetivos específicos. Os princípios que devem orientar os controles internos incluem

- ❶ controles sobre as transações, pois é imprescindível estabelecer o acompanhamento dos fatos contábeis, financeiros e operacionais, para que sejam efetuados mediante atos legítimos, relacionados com a finalidade do órgão/entidade e autorizados por quem seja competente para tanto.
- ❷ relação custo/benefício, que consiste na minimização da probabilidade de falhas ou desvios quanto ao atingimento dos objetivos e metas. Esse conceito reconhece que o custo de um controle não deve exceder os benefícios que ele possa proporcionar. Há necessidade, também, de definição precisa de critérios, mensuração, padrões de comparação e de outros elementos que permitam a identificação e a análise de desvios, em relação aos resultados ou procedimentos previstos.
- ❸ a adesão a diretrizes e a normas legais, uma vez que é necessária a existência, no órgão ou entidade, de sistemas estabelecidos para determinar e assegurar a observância de diretrizes, planos, normas, leis, regulamentos e procedimentos administrativos internos.
- ❹ a segregação de funções, pois a estrutura de um controle interno deve prever a coordenação entre funções de autorização ou aprovação, de operações, execução, controle e funções de contabilização das mesmas.
- ❺ instruções devidamente formalizadas, porque, para atingirem um grau de segurança adequado, é indispensável que ações, procedimentos e instruções sejam disciplinados e formalizados por meio de instrumentos eficazes, ou seja, claros, objetivos e emitidos por autoridade competente.



**QUESTÃO 35**

**Balanco orçamentário das unidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social – 1998**

(em R\$ 1.000)

receita	previsão	execução	diferença	despesa	fixação	execução	diferença
<b>receitas correntes</b>	<b>4.722.854</b>	<b>4.405.949</b>	<b>316.906</b>	<b>créditos orçamentários suplementares e especiais</b>	<b>5.692.520</b>	<b>4.750.574</b>	<b>941.946</b>
receita tributária	1.396.170	1.440.203	(44.033)	<b>despesas correntes</b>	<b>6.584.687</b>	<b>5.888.773</b>	<b>695.914</b>
receita de contribuições	164.059	126.497	37.562	personal e encargos sociais	4.762.813	4.516.990	245.823
receita patrimonial	58.212	45.611	12.601	juros e encargos da dívida interna	96.198	90.943	5.254
receita agropecuária	41	39	2	juros e encargos da dívida externa	5.007	5.007	0
receita industrial	2.243	1.593	650	outras despesas correntes	1.720.669	1.275.833	444.836
receita de serviços	291.948	246.461	45.487	<b>despesas de capital</b>	<b>945.096</b>	<b>442.327</b>	<b>502.769</b>
transferências correntes	4.254.347	3.811.934	442.414	investimentos	815.851	329.804	486.048
outras receitas correntes	345.013	300.184	44.828	inversões financeiras	30.411	24.894	5.517
deduções a receita	–	(720)	720	amortização da dívida interna	92.739	81.535	11.204
menos: transferências entre órgãos do GDF	(1.789.178)	(1.565.852)	(223.326)	amortização da dívida externa	6.094	6.094	0
<b>receitas de capital</b>	<b>906.489</b>	<b>197.691</b>	<b>708.798</b>	<b>reservas de contingência</b>	<b>1.000</b>	<b>–</b>	<b>1.000</b>
operações de crédito	349.690	188.861	160.829	menos: transferências entre órgãos do GDF	(1.838.262)	(1.580.526)	(257.736)
alienações de bens	343.834	1.939	341.895	<b>repases</b>	<b>559.630</b>	<b>484.323</b>	<b>75.307</b>
amortizações	16.476	3.002	13.473	personal e encargos sociais	347.142	337.196	9.946
transferência de capital	202.481	18.107	184.374	juros e encargos da dívida interna	300	170	130
outras receitas de capital	43.092	455	42.637	outras despesas correntes	154.798	120.504	34.295
menos: transferências entre órgãos do GDF	(49.084)	(14.673)	(34.411)	investimentos	57.389	26.453	30.936
<b>repases</b>	<b>559.630</b>	<b>456.676</b>	<b>102.954</b>	(-) duplicidade com a receita do GDF	(559.630)	(484.323)	(75.307)
personal e encargos sociais	559.630	337.154	222.476	<b>soma</b>	<b>5.692.520</b>	<b>4.750.574</b>	<b>941.946</b>
juros e encargos da dívida interna	–	170	(170)	<b>superávit</b>			–
outras despesas correntes	–	102.151	(102.151)	<b>total</b>	<b>5.692.520</b>	<b>4.750.574</b>	<b>941.946</b>
investimento	–	17.200	(17.200)				
(-) duplicidade com a receita do GDF	(559.630)	(456.676)	(102.954)				
<b>soma</b>	<b>5.629.343</b>	<b>4.603.640</b>	<b>1.025.703</b>				
<b>déficit</b>		<b>146.934</b>	<b>(146.934)</b>				
<b>total</b>	<b>5.629.343</b>	<b>4.750.574</b>	<b>878.769</b>				

Balanco consolidado do DF (anexo VII da prestação de contas)

Com base no demonstrativo contábil acima, é correto afirmar que

- no balanço orçamentário, em função de modificações normativas ocorridas, a classificação das despesas utilizada nos dias de hoje é ligeiramente diversa daquela utilizada no período de elaboração do demonstrativo apresentado, pois foram criados novos grupos de despesa.
- ocorreu, na execução, superávit no orçamento corrente.
- o GDF se descapitalizou na sua relação com os credores.
- ocorreu superávit primário, mas também déficit operacional.
- os recursos obtidos com alienação de bens foram todos despendidos com investimentos.

**QUESTÃO 36**

Julgue os itens subseqüentes quanto à sua adequação às normas que a contabilidade pública brasileira preceitua para a avaliação dos elementos patrimoniais.

- Uma autarquia do DF contabilizou os débitos e os créditos, bem como os títulos de renda, pelo seu valor nominal, efetuando a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do balanço.
- Um órgão do DF registrou os bens móveis pelo valor de aquisição, depreciando-os à taxa de 20% ao ano, efetuando a contrapartida na conta de despesas com depreciação.
- A CEB, por ser uma empresa pública, registra os bens de almoxarifado pelo preço médio ponderado das compras.
- A Câmara Legislativa do DF fez que as variações resultantes da conversão dos débitos, créditos e valores em espécie fossem levadas à conta patrimonial.
- A Secretaria de Estado da Educação do DF nomeou comissão para efetuar reavaliações dos bens imóveis onde estão situadas as suas escolas.

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E LEGISLAÇÃO DO TCDF**

**QUESTÃO 37**

Instituído pela Constituição da República de 1988, o sistema orçamentário brasileiro é formado por três instrumentos: o plano plurianual (PPA), a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e o orçamento anual. Acerca dos citados instrumentos, julgue os itens a seguir.

- O PPA do DF, cujo período de vigência deve coincidir com o do mandato do governador, tem como finalidade estabelecer, por região administrativa, as diretrizes, os objetivos e as metas, quantificados física e financeiramente, da administração pública, para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como para as relativas a programas de duração continuada.
- A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) trouxe novos conteúdos para a LDO. Assim, ao mesmo tempo que estabelece diretrizes para a elaboração da lei orçamentária, a LDO passa a ser um pré-orçamento, estabelecendo metas de resultado, estimando as receitas nas suas principais fontes e fixando as despesas por funções de governo.
- Considere a seguinte situação hipotética.  
Um projeto de lei orçamentária anual foi encaminhado ao Poder Legislativo, prevendo a realização de um conjunto de investimentos que não constavam da lei do PPA. Nessa situação, para que a aprovação da lei orçamentária seja constitucional, o relator da matéria deve propor que essa lei seja aprovada com a referida programação, ressalvando, entretanto, que os investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro só poderão ser iniciados após sua inclusão no PPA.
- De acordo com a LRF, as LDOs, entre outros conteúdos, disporão acerca do equilíbrio entre receitas e despesas. No anexo de metas fiscais que acompanha cada LDO, deverão ser estabelecidas metas anuais para a redução e a eliminação de eventuais déficits orçamentários de maneira progressiva durante a vigência do PPA.
- Considere a seguinte situação hipotética.  
Um projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo propõe a criação de cargos de médicos e de outros profissionais com vistas a ampliar o número de equipes do programa Saúde da Família. Nessa situação, como se trata de despesa nova de caráter continuado, o projeto, de acordo com a Constituição da República, deve vir acompanhado de estimativa de impacto orçamentário-financeiro e de declaração do ordenador da despesa de que o projeto tem adequação à lei orçamentária e compatibilidade com o PPA e com a LDO. Para que a proposição possa ser apreciada, será necessário, ainda, que exista dotação orçamentária suficiente e autorização específica na LDO.

**QUESTÃO 38**

A lei orçamentária anual compreende três orçamentos: o fiscal, o da seguridade social e o do investimento das empresas. Questões como prazos, elaboração e organização desses orçamentos devem ser tratadas em lei complementar, ainda não aprovada. À luz do tratamento dado a esses assuntos pela Constituição da República e pela Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), assim como pelas LDOs do DF, que vêm suprindo eventuais lacunas, julgue os seguintes itens.

- Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão apenas a programação dos Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta, bem como autarquias e fundações públicas.
- Para efeito da organização do orçamento de investimento das empresas, consideram-se as despesas com aquisição de ativo imobilizado. Por outro lado, as empresas cujas programações constem integralmente do orçamento fiscal ou do orçamento da seguridade social não integrarão o orçamento de investimento.
- O orçamento da seguridade social compreenderá as despesas relativas a saúde, emprego, trabalho, previdência social e assistência social e será elaborado com base nos programas de trabalho dos órgãos incumbidos de tais serviços, integrantes da administração direta e indireta.
- Na hipótese de o exercício financeiro iniciar-se sem lei orçamentária aprovada, a Constituição da República autoriza, até a entrada em vigor do orçamento, a realização provisória das despesas, à razão de um doze avos dos valores da proposta, a cada mês.
- Considere a seguinte situação hipotética.  
Durante a apreciação de projeto de lei orçamentária, após o encerramento do prazo de apresentação de emendas, a comissão de orçamento da casa legislativa recebeu do chefe do Poder Executivo mensagem que propunha modificações no projeto. Nessa situação, não é possível acolher as modificações propostas pelo Poder Executivo.

**QUESTÃO 39**

Acerca do tratamento dado pelas normas aos princípios orçamentários e à receita, julgue os itens subseqüentes.

- 1 Considere a seguinte situação hipotética.  
Um parlamentar apresentou projeto de lei na Câmara Legislativa que adicionava um ponto percentual na alíquota geral do ICMS e destinava o produto da arrecadação adicional ao financiamento de programa habitacional destinado a pessoas de baixa renda.  
Nessa situação, a proposição tem amparo legal, cabendo aos integrantes da Câmara Legislativa considerar o mérito da proposta, bem como a oportunidade de aumentar ainda mais a carga tributária.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.  
O projeto de lei orçamentária anual encaminhado por um governador à Assembléia Legislativa apresenta dispositivo que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o correspondente a 20% da despesa total autorizada.  
Nessa situação, caso a maioria dos integrantes dessa assembléia estivesse disposta a aprovar esse dispositivo, deveria fixar a redução dos créditos adicionais para, no máximo, 10% da despesa autorizada.
- 3 Uma receita cujo fato gerador tenha ocorrido em 1998 e que tenha sido lançada em 1999, arrecadada em 2000 e recolhida em 2001, de acordo com a Lei n.º 4.320/1964, pertence ao exercício de 2000.
- 4 A lei de orçamento compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito, nas suas diversas modalidades: em razão de mútuo, pela emissão de título ou por antecipação da receita orçamentária.
- 5 Após apurada sua liquidez e sua certeza, os créditos da fazenda pública exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento serão inscritos como dívida ativa.

**QUESTÃO 40**

Acerca da organização e da classificação da despesa nas leis orçamentárias, julgue os seguintes itens.

- 1 Corrigindo deficiências quanto à classificação funcional-programática, a nova estrutura programática estabelecida pela Portaria n.º 42/99 passa a ser um instrumento para a adoção do orçamento-programa no Brasil.
- 2 Enquanto a Lei n.º 4.320/1964 estabelece que na lei de orçamento a discriminação da despesa far-se-á, no mínimo, por elementos, a Portaria Interministerial n.º 163/01 dispensa a obrigatoriedade de os elementos constarem da lei orçamentária.
- 3 Nas leis orçamentárias, a classificação institucional é constituída por órgão, unidade orçamentária e unidade gestora. A Lei n.º 4.320/1964 define esta última como o agrupamento de serviços a que serão consignadas dotações próprias.
- 4 Na estrutura programática da despesa, classificam-se como operações especiais as operações limitadas no tempo que concorrem para a expansão da ação governamental, enquanto as operações de manutenção e conservação são classificadas como atividades.
- 5 As leis orçamentárias da União e do DF apresentam na estrutura programática o subtítulo. A utilização desse instrumento de programação orçamentária não é obrigatória para todos os entes da Federação.

**QUESTÃO 41**

Acerca de temas de execução da lei orçamentária, julgue os itens abaixo.

- 1 Uma determinada despesa que tenha sido submetida ao processo licitatório em 1999, contratada e empenhada em 2000 e liquidada e paga em 2001, de acordo com a Lei n.º 4.320/1964, pertence ao exercício de 2001.
- 2 Uma determinada despesa que tenha sido submetida ao processo licitatório em 1998, contratada e empenhada em 1999 e liquidada e paga em 2000 deverá ter sido inscrita em restos a pagar em 31 de dezembro de 1999.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.  
Em determinado município, a Câmara de Vereadores está apreciando projeto de lei que estabelece situações especiais em que o empenho da despesa poderá ser dispensado.  
Nessa situação, caso o projeto mencione apenas situações de calamidade pública, a matéria poderá ser aprovada.
- 4 Despesas que não se subordinem ao processo normal de aplicação poderão ser realizadas por meio de adiantamento. Esse mecanismo consiste na entrega de dinheiro a servidor que realizará a despesa e prestará contas, cuja documentação servirá de base, posteriormente, para o empenho na dotação própria.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.  
Certo gestor viu-se obrigado a reconhecer compromissos após o encerramento do exercício correspondente. Considerando que a lei orçamentária do exercício em curso não possuía dotações para atender a essa contingência, o gestor providenciou o encaminhamento de projeto de lei ao Poder Legislativo, solicitando a abertura de crédito adicional especial destinado a atender despesas de exercícios encerrados.  
Nessa situação, a providência tomada atende às normas legais.

**QUESTÃO 42**

Julgue os itens que se seguem, relativos à programação da execução financeira e aos créditos adicionais.

- 1 De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, imediatamente após a promulgação da lei de orçamento, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas mensais da despesa que cada unidade orçamentária ficará autorizada a utilizar. Por outro lado, a LRF deu novo entendimento para a programação financeira, determinando que essa será estabelecida por meio de cronograma de cotas trimestrais.
- 2 Considerando que o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou recentemente que o tribunal entende os cortes orçamentários anunciados em julho de 2002 como “um novo contingenciamento” e que, de acordo com o presidente, foi recebida mensagem do Poder Executivo que tratava da necessidade de uma limitação de despesas na ordem de R\$ 41,4 milhões para o Poder Judiciário, é correto afirmar que a limitação de despesas mencionada diz respeito à necessidade de limitar empenhos no caso de a realização da receita não comportar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na LDO.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.  
Com vistas a atender despesas insuficientemente dotadas na lei orçamentária, o presidente do tribunal de justiça de determinado estado encaminhou à Assembléia Legislativa projeto de lei em que solicitava autorização para a abertura de créditos suplementares ao orçamento do tribunal. Em atenção às normas que disciplinam a matéria, estão indicadas no projeto dotações para cancelamento.  
Nessas condições, o encaminhamento feito pelo presidente do tribunal tem amparo legal.
- 4 Considere a seguinte situação hipotética.  
Por meio de decreto, um prefeito municipal estabeleceu que créditos especiais autorizados nos últimos quatro meses do exercício poderão ser reabertos no exercício seguinte, nos limites de seus saldos apurados em 31 de dezembro, na hipótese de existir superávit financeiro suficiente apurado em balanço patrimonial.  
Nessa situação, a medida tem amparo legal.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.  
Um prefeito municipal encaminhou projeto de lei à Câmara de Vereadores no qual solicitava autorização para a abertura de crédito especial destinado à aquisição de computadores para as escolas municipais. Para ocorrer a despesa, foi indicada a arrecadação de nova taxa, cuja criação está sendo solicitada à Câmara Municipal por meio de outro projeto de lei.  
Apreciado preliminarmente, o projeto de lei deve, com base na legalidade, ser aprovado.

**QUESTÃO 43**

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos entes da Federação e de suas entidades da administração direta e indireta é exercida pelos órgãos do Poder Legislativo com o auxílio dos tribunais de contas. Considerando especialmente as disposições da Constituição da República e da Lei Orgânica do TCDF, julgue os itens a seguir.

- 1 Ao TCDF compete, na forma estabelecida no seu Regimento Interno, julgar as contas prestadas anualmente pelo governador do DF. As contas consistirão nos balanços gerais e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo, acerca da execução dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos das empresas.
- 2 O TCDF, no exercício de suas competências, fornecerá apoio técnico e assessoramento aos órgãos e unidades responsáveis pelo controle interno.
- 3 O TCDF apreciará, para fins de registro ou reexame, os atos de admissão de pessoal, de concessão inicial de aposentadorias, reformas e pensões, bem como editais de licitação e os contratos, convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres.
- 4 Diante da omissão no dever de prestar contas, da não-comprovação da aplicação dos recursos repassados pelo DF, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, ou, ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, de que resulte dano ao erário, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá imediatamente adotar providências com vistas à instauração de tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.
- 5 Quando julgar as contas irregulares, havendo débito, o TCDF condenará o responsável ao pagamento da dívida atualizada monetariamente, acrescida dos juros de mora devidos, podendo, ainda, aplicar-lhe a multa de até 100% do valor atualizado do dano causado ao erário, sendo o instrumento da decisão considerado título executivo para fundamentar a respectiva ação de execução.

**QUESTÃO 44**

A propósito da organização e da composição do TCDF e das prerrogativas de seus membros e tendo em conta, especialmente, as disposições da Constituição da República e da Lei Orgânica desse tribunal, julgue os itens seguintes.

- 1 O TCDF é integrado por sete conselheiros e três auditores.
- 2 Dos conselheiros do TCDF, dois serão escolhidos pelo governador do DF, com aprovação da Câmara Legislativa, sendo um escolhido, alternadamente, entre auditores, membros do Ministério Público junto ao TCDF e advogados inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), indicados em lista tríplice pelo tribunal.
- 3 Os auditores serão convocados para substituir conselheiros — quando for necessário para efeito de completar *quorum* —, sempre que os titulares comunicarem, ao presidente do tribunal ou da câmara respectiva, a impossibilidade de comparecimento à sessão.
- 4 Considere a seguinte situação hipotética.  
Como se tratava de vaga deferida ao Poder Executivo, o governador do DF escolheu, com base no critério da antiguidade, o nome de novo conselheiro oriundo do quadro de auditores do TCDF, tendo a Câmara Legislativa aprovado a escolha, apesar de existir parentesco em primeiro grau entre o escolhido e outro conselheiro.  
Nessa situação, a nomeação é legal e, por isso, deve ser mantida.
- 5 Os conselheiros do TCDF e seus auditores, estes quando em substituição a conselheiros, terão os mesmos direitos, garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos desembargadores do TJDF.

## ADMINISTRAÇÃO

### QUESTÃO 45

O principal atributo de uma organização deve ser a harmonia, a convergência de propósitos e a coordenação das ações, a partir de uma direção firme. Os processos de trabalho devem ser meticulosamente programados, de forma a atender as necessidades dos clientes. As pessoas devem ter atribuições claras e ser incentivadas e treinadas para desenvolver seus trabalhos conforme o previsto.

Trecho de palestra proferida por John Longdon, presidente de uma grande corporação multinacional. *Academy of Management*, 2000, Toronto (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os itens subseqüentes, acerca das imagens organizacionais desenvolvidas por Morgan.

- 1 Trata-se de uma visão mecanicista, porque supõe que a organização é um conjunto de unidades ou processos e pode ser satisfatoriamente planejada e controlada.
- 2 Trata-se de uma visão orgânica, porque supõe que os órgãos internos devem funcionar de forma integrada.
- 3 Trata-se de uma visão holográfica, porque supõe que as diversas partes devem possuir uma visão integrada do todo e buscar o aprendizado de circuito duplo.
- 4 À luz da visão da complexidade, é correto inferir que a organização possui um modelo de gestão voltado à permanente transformação organizacional.
- 5 À luz da visão autopoietica, é correto inferir que a organização concebida por Morgan não é auto-referenciada.

### QUESTÃO 46

Com relação à reforma do Estado contemporâneo e à evolução da discussão a respeito desse tema, julgue os itens abaixo.

- 1 Trata-se de um movimento localizado no eixo anglo-americano, a partir do qual a redução do tamanho do Estado foi imposta aos países em desenvolvimento pelos principais organismos multilaterais de crédito.
- 2 O *new public management* é um campo de discussões profissionais e acadêmicas sobre práticas inovadoras de gestão pública, a partir das recentes transformações no perfil e na forma de atuação de Estados contemporâneos.
- 3 O princípio da transparência tem sido crescentemente considerado tão importante quanto o princípio da eficiência, inicialmente privilegiado nas iniciativas de reforma.
- 4 O fortalecimento da burocracia executiva tem sido, com mais ênfase nos países em desenvolvimento, crescentemente considerado um importante elemento dos processos de reforma, essencial à promoção da governança em regimes democráticos.
- 5 O conceito de governança progressiva baseia-se na consolidação de um papel orquestrador do Estado, em face do fortalecimento dos mercados e do terceiro setor.

### QUESTÃO 47

Uma entidade estatal desempenha relevantes atividades voltadas à assistência social, mas padece de problemas generalizados de gestão: a burocracia interna torna os processos lentos e consome a maior parte dos recursos; além disso, há imensa dificuldade de aquisição de bens e serviços e de contratação de especialistas. A manutenção de instalações e equipamentos é extremamente deficiente. A entidade sofre com constantes cortes orçamentários e pressões para a nomeação de indicados de políticos, cujos objetivos se distanciam da missão da instituição. Tais fatos causam interrupções e graves falhas de qualidade no atendimento ao público beneficiário, que depende da ação do Estado. Diante de tal quadro, foi constituído um grupo de trabalho incumbido de dar uma solução institucional para o caso em questão.

Nessa situação hipotética, conforme os princípios da nova gestão pública contemporânea, o grupo de trabalho deveria

- 1 extinguir a entidade e dar uma contribuição em dinheiro para que seus beneficiários adquirissem serviços correspondentes no mercado.
- 2 privatizar a entidade, que continuaria a prestar os serviços à comunidade mediante a cobrança ao Estado em bases *per capita*.
- 3 extinguir a entidade e fomentar, mediante qualificação especial, entidades congêneres no âmbito do terceiro setor, na qualidade de entes de cooperação, para que assumissem a carteira de benefícios e seus respectivos beneficiários.
- 4 promover a troca de dirigentes e dar garantias de recursos, mediante, por exemplo, contribuições vinculadas.
- 5 extinguir a entidade e esclarecer à população que os impactos na redução da despesa implicarão redução de impostos, aumento do nível de emprego e renda e, portanto, menor necessidade dos serviços anteriormente prestados.

### QUESTÃO 48

Um estado-membro da federação criou uma agência para a regulação de serviços públicos. Tal entidade possui prerrogativas de gestão diferenciadas: mandato de dirigentes e flexibilidade para a contratação de pessoas e a aquisição de bens, serviços e obras. Essa agência firmou um contrato de gestão com sua secretaria supervisora, por meio do qual se estabeleceram as ações a serem desenvolvidas pela agência.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes.

- 1 A criação da agência estadual é desnecessária, porque a regulação de serviços públicos é uma competência constitucional federal.
- 2 A criação da agência é desnecessária, porque a regulação de serviços não requer prerrogativas diferenciadas de gestão.
- 3 A assinatura de contrato de gestão é necessária, porque as prerrogativas de gestão diferenciadas devem ser controladas de forma diferenciada.
- 4 O contrato de gestão deve estabelecer compromissos com resultados de eficiência, de eficácia e de efetividade, não apenas com ações.
- 5 A flexibilidade para a contratação de pessoas e a aquisição de bens, serviços e obras deve ser estendida a todos os órgãos e entidades da administração pública, de forma padronizada.

## MATEMÁTICA FINANCEIRA E ESTATÍSTICA

### QUESTÃO 49

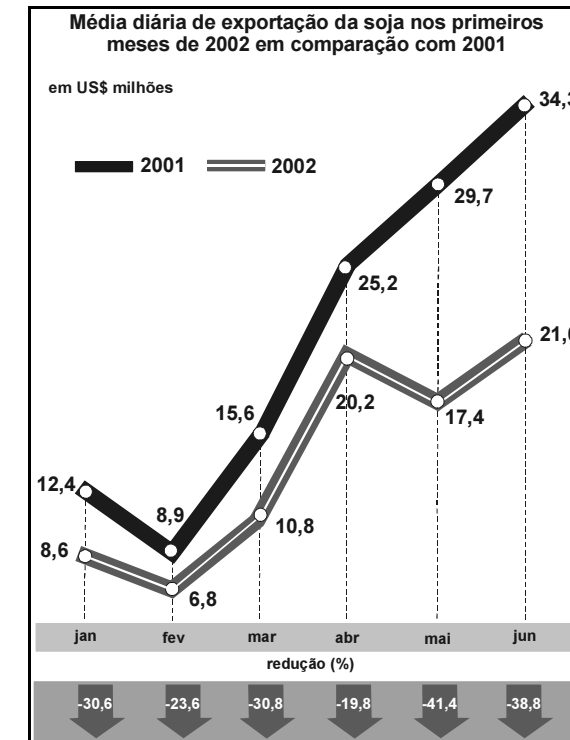
Julgue os itens seguintes, relativos a estatística e matemática financeira.

- 1 Por Estatística Descritiva entende-se um conjunto de ferramentas, tais como gráficos e tabelas, cujo objetivo é apresentar, de forma resumida, um conjunto de observações.
- 2 Quando aplicada em uma população de pessoas formada pelo mesmo número de homens e de mulheres, uma amostra aleatória simples também apresenta o mesmo número de homens e de mulheres.
- 3 Se  $x_1, x_2, \dots, x_n$  representa um conjunto de alturas, medidas em metros, então a variância dessas alturas é medida em metros quadrados. Para obter-se uma medida de dispersão na mesma unidade de medida das alturas originais, é usual considerar então o desvio-padrão.
- 4 Quando um investidor divide, em partes iguais, o próprio capital em três empreendimentos, em que cada um distribui rendimentos de acordo com a regra de sociedade, o rendimento total do investidor é igual à média aritmética dos rendimentos dos três empreendimentos considerados.
- 5 Uma taxa de desconto racional composto de 20% ao ano é equivalente a uma taxa de desconto comercial composto de 25% ao ano.

### QUESTÃO 50

Durante a recente desvalorização do real, foi reportado na imprensa que alguns exportadores estariam retardando as vendas com o intuito de especular com a cotação do dólar. Considerando o gráfico ao lado, que compara as exportações de soja nos seis primeiros meses de 2001 e de 2002, julgue os itens a seguir.

- 1 As exportações de soja, em US\$, no mês de abril de 2001 foram 19,8% superiores às mesmas exportações no mês de abril de 2002.
- 2 Considerando o valor total dos meses de maio e junho de 2002, as exportações de soja caíram entre 38% e 42% em comparação com o mesmo período de 2001.
- 3 Durante os dois primeiros meses de 2001, a média diária de exportações de soja foi de US\$ 10,65 milhões.
- 4 O desvio-padrão da média diária de exportações de soja, em US\$, para os seis primeiros meses de 2001 foi maior que o correspondente desvio-padrão, em US\$, para os seis primeiros meses de 2002.
- 5 A média diária de exportações de soja para os primeiros seis meses de 2002 foi inferior a US\$ 17 milhões.



RASCUNHO

Relatório analítico acerca das contas  
do GDF no exercício 2000

item	1996	2000
população do DF (1.000 habitantes)	1.800	2.000
população da RE (1.000 habitantes)	1.000	1.200
consumo de energia elétrica do DF (GWh)	2.972	3.782

A tabela acima, com pequenas adaptações, foi extraída de um relatório elaborado pelo TCDF e descreve as populações, em milhares de habitantes, do DF e da região do entorno (RE), assim como o consumo total de energia elétrica (em GWh), para o DF, nos anos de 1996 e 2000. Nesse relatório, é também reportada a previsão da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN), segundo a qual o DF atingirá 3 milhões de habitantes no ano 2020. Com base nessas informações, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Segundo a CODEPLAN, a população do DF deverá crescer 50% entre 2000 e 2020, o que corresponde a uma taxa de crescimento de 2,5% ao ano.
- ❷ O consumo *per capita* de energia elétrica no DF aumentou mais de 10% entre 1996 e 2000.
- ❸ Mantendo-se o consumo de energia elétrica *per capita* do ano 2000 no DF, e confirmando-se a previsão populacional da CODEPLAN para 2020, o consumo total de energia elétrica no DF deverá ultrapassar 5.670 GWh em 2020.
- ❹ Caso, em 1996, o consumo *per capita* de energia elétrica na RE fosse 30% inferior ao verificado no DF, e este consumo *per capita* tivesse sofrido um crescimento de 25% entre 1996 e 2000, então o consumo de energia elétrica na RE em 2000 seria superior a 1.700 GWh.
- ❺ Se, a cada quatro anos a partir do ano 2000, a população do DF crescer 10% e a da RE crescer 20%, a RE passará a ser mais populosa que o DF em um período de doze anos.

Relatório analítico acerca das contas  
do GDF no exercício 2000

dívida fundada — cronograma de pagamento 2001/2005 administração direta, autárquica e fundacional							
dívida	especificação	2001	2002	2003	2004	2005	total
interna	amortizações	100.896	91.025	35.651	36.269	36.925	300.766
	juros e encargos	88.112	76.413	68.909	65.491	61.916	360.841
	<b>subtotal</b>	<b>189.008</b>	<b>167.438</b>	<b>104.560</b>	<b>101.760</b>	<b>98.841</b>	<b>661.607</b>
externa	amortizações	11.140	11.140	11.140	11.140	11.140	55.700
	juros e encargos	8.776	8.116	7.457	6.797	6.137	37.283
	<b>subtotal</b>	<b>19.916</b>	<b>19.256</b>	<b>18.597</b>	<b>17.937</b>	<b>17.277</b>	<b>92.983</b>
<b>total</b>		<b>208.924</b>	<b>186.694</b>	<b>123.157</b>	<b>119.697</b>	<b>116.118</b>	<b>754.590</b>

Secretaria de Fazenda e Planejamento – GDF.

A tabela acima descreve o cronograma de pagamentos da dívida fundada da administração direta, autárquica e fundacional do DF para os anos 2001/2005, em milhares de reais. Com base nesses dados, julgue os seguintes itens.

- ❶ De 2001 a 2005, a média anual de pagamentos totais da dívida fundada da administração direta, autárquica e fundacional do DF será superior a R\$ 150 milhões.
- ❷ A mediana dos pagamentos anuais totais da dívida fundada da administração direta, autárquica e fundacional do DF de 2001 a 2005 será superior a R\$ 130 milhões.
- ❸ O desvio-padrão das despesas referentes à amortização da dívida externa, durante os cinco anos considerados, será igual a R\$ 55.700.000,00.
- ❹ Considerando-se uma taxa de desconto composta de 5% ao ano, o valor atual, em 2001, da amortização da dívida externa seria, em milhares de reais, superior a  $11.140 + \frac{44.560}{1,05}$ .
- ❺ Considerando que, para os pagamentos referentes à dívida externa durante os anos de 2001 e 2002, não tenha sido contratada nova dívida externa e que os pagamentos com juros e encargos correspondam exclusivamente a juros sobre o saldo da dívida, sendo que a taxa de juros foi a mesma para os dois anos, então, é correto afirmar que a taxa de juros sobre o saldo da dívida externa para esses dois anos foi inferior a 10% ao ano.